

Poderes

Congresso articula repasse antes do início das obras e sem análise de projetos

Proposta vetada por Lula é defendida por parlamentares para acelerar as emendas que passam pela Caixa

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O Congresso se movimentou para criar um modelo de pagamento de emendas parlamentares mais rápido e com menos fiscalização. Pela proposta, o dinheiro seria pago antes do início das obras e sem a análise prévia de um projeto sobre o investimento.

A mudança mexeria com repasses da União para Estados e municípios, principalmente os que passam pela Caixa, banco agora controlado pelo PP,

partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL).

O novo modelo teria impacto em 90% dos repasses feitos por meio de convênios e contratos da União com prefeituras, governos estaduais e empresas privadas. A maioria deles serve para bancar obras como pavimentações, construção e reformas em prédios públicos, mas o instrumento também é usado para pagamento de shows artísticos, compra de tratores e outros projetos. A ideia é que essa nova modalidade tenha validade para repasses de até R\$ 1,5 milhão, com potencial de alcançar R\$ 5 bilhões neste ano eleitoral.

EMBATE. A articulação, no entanto, esbarrou no Palácio do Planalto e promete ser mais um ponto de disputa entre o Congresso e o Executivo. O

presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou a proposta em dezembro. O projeto de lei havia sido aprovado em votação relâmpago na madrugada de um feriado em Brasília. A mesma proposta diminui o controle

Parecer
Ao orientar o veto ao novo modelo de emendas, CGU afirmou que proposta é inconstitucional

sobre licitações. O Executivo argumenta que o modelo desvirtua o processo orçamentário, pois dá dinheiro para prefeituras antes do início das obras e compromete a boa aplicação da verba pública.

O modelo foi articulado entre a Caixa e parlamentares e tem apoio tanto da base aliada

de Lula quanto da oposição no Congresso. A medida se soma a outras iniciativas do Legislativo para abocanhar mais recursos da União e acelerar o repasse de recursos para Estados e municípios, como o calendário de pagamento de emendas no Orçamento, também vetado pelo presidente.

PARCELA ÚNICA. “O projeto facilita a gestão, sobretudo para a Caixa fiscalizar. Hoje é uma burocracia sem fim. Você bota dinheiro para fazer um calçamento, que é a obra mais simples que existe no mundo, e leva dois anos. Isso é um absurdo”, afirmou o senador Marcelo Castro (MDB-PI), autor da emenda que originou o novo modelo. O parlamentar disse que a proposta veio de uma sugestão da própria Caixa. “Vou trabalhar para derrubar o veto.”

Conforme a proposta, quando o projeto custar até R\$ 1,5 milhão, o dinheiro será pago em uma parcela única, antes da análise do projeto, da licitação, dos licenciamentos e dos documentos exigidos para o início das obras. A “papelada” continua sendo necessária, mas vai ser avaliada só depois que a obra estiver concluída. Hoje, o pagamento é feito de forma gradual, de acordo com o andamento do projeto, e a

fiscalização é mais rígida.

O argumento dos parlamentares a favor do novo modelo é que ele elimina a burocracia, além de acelerar o pagamento de emendas e acabar com as obras paradas. Lula justificou o veto afirmando que a proposta “desprestigia o planejamento” ao dispensar a análise dos documentos necessários para o início da execução das obras. O Congresso deverá convocar uma sessão para analisar esse e outros vetos presidenciais a partir de fevereiro.

A Controladoria-Geral da União (CGU) afirmou, por sua vez, que a proposta é inconstitucional, ao orientar o veto. De acordo com a CGU, a parcela única não vai resolver o problema das obras e vai deixar recursos parados nos municípios, “os quais poderiam ser destinados à implementação de outras políticas públicas carentes de recursos”. Além disso, o órgão é contra a liberação do dinheiro sem análise dos projetos.

“O efeito gerado por essa omissão é a lentidão na entrega de políticas públicas para a sociedade, pois é inevitável afastar as falhas durante a execução dos convênios e contratos de repasse que não são devidamente planejados”, afirmou a CGU na manifestação. ●

Windows 11

A Vaio recomenda o Windows 11 Pro para empresas

VAIO

O melhor da tecnologia, projetado para os seus negócios

VAIO® PRO X

- 12ª Geração de Processadores Intel® Core™
- Windows 11 Pro
- Armazenamento SSD de até 512GB PCIe Gen4
- Memória RAM de até 64GB DDR4

Entre em contato com nossos consultores e conheça nossas ofertas para **LOCAÇÃO A PRONTA ENTREGA.**
0800 721 1577 | (41) 99149 5371 | corporativo@br.vaio.com

intel CORE i5 CORE i7 CORE i3

Família de Processadores Intel® Core™

VAIO e VAIO são marcas registradas da Sony Corporation. Os computadores VAIO, fabricados no Brasil pela Positivo Tecnologia S.A., seguem todos padrões de qualidade da VAIO Japão, possuem garantia básica de um ano para peças e mão de obra, sendo nove meses de garantia contratual e 90 dias de garantia legal. Para acessar a internet, o cliente deve possuir uma linha telefônica fixa ativa e arcar com os custos de pulso e/ou manuseio ou contratar o serviço de banda larga de sua preferência, adquirindo os permissões necessárias para o uso do serviço. Microsoft® e Windows® são marcas registradas da Microsoft Corporation nos EUA e em outros países. Intel, o logotipo Intel e Intel Core são marcas comerciais da Intel Corporation ou de suas subsidiárias. Produto beneficiado pela legislação de informática. Imagens meramente ilustrativas. Janeiro/2024.

Presidente da Caixa defende pagamento mais rápido

BRASÍLIA

Do lado do Executivo, a Caixa é a principal interessada no projeto, pois é responsável pela maioria dos contratos com as prefeituras e ganha comissão de 4,5% sobre os repasses. Ultimamente, os parlamentares estavam tirando suas emendas do modelo tradicional para aderir a outros mecanismos, como a “emenda Pix”, sem transparência e sem nenhuma vinculação com programas do governo federal.

O presidente da Caixa, Carlos Vieira, indicado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para o cargo, é defensor do novo modelo. “Nós vamos sair de um prazo de 350 dias para 90 dias para a liberação da emenda. Acredito que o Executivo vai tomar uma decisão muito positiva porque o próprio Executivo participou dessa construção”, declarou Vieira durante entrevista ao programa *Canal Livre*, da TV Band, no dia 17 de dezembro, antes do veto de Lula. ● D.W.